

Por que estudar economia e por que escolher Economia da Educação*

Claudio de Moura Castro[§]

Nos momentos inquietos de escolher uma carreira, minha opção por eletrônica se transmutou para mecânica, mais afim com os afazeres da empresa familiar onde me via entrando. Mas a opção começou a fazer água. Meu gosto pela mecânica se situava na bancada, nas ferramentas e máquinas. Pelo que começava a entender, engenharia mecânica era um ramo da matemática, minha inimiga de longa data.

Comecei também a ver que ia começar como engenheiro e, na primeira promoção, estaria virando administrador. Era um esforço que se afigurava como pouco atrativo e com resultados de vida curta. Comecei então a explorar com mais interesse os livros de ciências sociais, que me pareceram bem mais interessantes e próximos dos assuntos que pareciam determinar o curso da humanidade.

Já que ia ser mesmo administrador, entrei no curso de Administração de Empresas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, onde o primeiro ano era junto com Economia. Ao saborear as disciplinas que cursávamos, acabei achando Economia mais interessante que Administração. Parecia faltar profundidade teórica à Administração. Parecia mais uma coleção de conselhos de como fazer as coisas, faltando-lhe estrutura e uma espinha dorsal analítica. Portanto, entrei em Administração e acabei em Economia. Na época, no início dos anos sessenta, a escola de Economia era a melhor do Brasil – medido pela proporção de graduados que entravam na pós-graduação. Nesses momentos iniciais, a única pós-graduação era o antigo CAE, da Fundação Getulio Vargas (que virou mais adiante a EPGE).

* Entrevista realizada com o Professor Claudio de Moura Castro, pelo Professor Carlos Roberto Azzoni.

§ Economista pela UFMG, e Ph. D. em Economia pela Vanderbilt University.

A Faculdade de Ciências Econômicas tinha uma história muito curiosa, pois mantinha uma proporção de 5% a 10% dos alunos como bolsistas em tempo integral. Tinha também uma magnífica biblioteca e alguns professores em tempo integral – muito antes que isso se generalizasse nas universidades federais. Como eu era bolsista, tive então meu primeiro momento de real dedicação e seriedade nos estudos. Embora o nível dos alunos fosse, em média, consideravelmente inferior aos que recrutavam as engenharias e a medicina, havia um grupo excepcional, muitos deles atraídos pelo sistema de bolsas. Como os professores eram fracos, criou-se uma dinâmica fascinante, onde os alunos se ajudavam, discutiam e descobriam os clássicos da economia na biblioteca. Os professores interessantes eram os ex-bolsistas recém-formados. Eram intelectualmente muito mais próximos dos alunos bolsistas do que dos velhos professores do curso de perito contador que deu origem à Faculdade.

Minha intenção era fazer um mestrado de Administração e já tinha ganho uma bolsa de estudos para os Estados Unidos. Por isso, não me interessei pelo exame da FGV. Mas, na véspera do exame, uma colega desistiu e sugeriu que eu fizesse a prova no seu lugar. Para minha surpresa, passei. Entrei, portanto, para o programa da FGV, que tinha um convênio com a USAID e a Fundação Rockefeller, pelo qual encaminhavam os melhores alunos para a pós-graduação nos Estados Unidos.

Na escolha das universidades nos Estados Unidos, a ajuda do Werner Baer era fundamental. Werner sempre teve muita iniciativa nesse processo. Graças à sua ajuda, fui para Yale, para um mestrado recrutando alunos estrangeiros ou alunos americanos de programas multidisciplinares. Terminado o mestrado, fui para Berkeley, onde passei um ano, no programa de doutorado. Este foi um ano absolutamente catastrófico em Berkeley. Detestei o departamento, estava caótico. Foi o ano do *Free Speech Movement*. Era um momento de grande entropia dentro da universidade. Presenciei a prisão de 700 alunos em uma só tarde. Todos faziam corpo mole e tinham que ser carregados por quatro policiais, para um dos ônibus escolares que haviam sido providenciados para o transporte até a cadeia do condado.

Nesse momento, o Professor Albert Fishlow ainda estava em processo de ser contratado para participar de um projeto de apoio ao Ministério do Planejamento, mais especificamente, ao IPEA que recém se criava. O melhor professor que tive foi Amartya Sen, que oferecia um curso de Desenvolvimento Econômico. No meio do curso, ele deu duas aulas sobre educação e capital humano. Ao fim da segunda aula, disse para mim mesmo: pronto, é isso que quero estudar daqui para frente. Mais adiante, entrei na área da economia da educação e progressivamente migrei para a educação e nunca mais saí. Jamais me

dediquei aos ramos mais convencionais da economia. Tive meus encontros com ciência e tecnologia, economia da saúde e coisas no gênero, mas com economia mesmo, nunca me interessei.

Diante da confusão em Berkeley, fui para Vanderbilt, que tinha um grande programa com a USP, estando superlotado de brasileiros. Nesse momento, Werner Baer havia saído de Yale e se mudado para lá. Novamente, minha ida foi empresariada pelo Werner. Em Vanderbilt, fui aluno do professor Georgescu-Roegen, em cujas mãos penei, como todo mundo. Mas na hora de fazer a tese, voltei ao que eu já sabia que ia fazer, economia da educação.

O ambiente de estudo na UFMG e na EPGE da época

O ambiente de estudo em Minas era extremamente interessante, porque baseava-se em alunos bons e professores fracos, ao extremo. O diretor da Faculdade na época, o professor Ivon Leite de Magalhães Pinto, criou um sistema de bolsas de estudo no qual os alunos ficavam em tempo integral, recebiam uma salinha, tinham ponto, e precisavam tirar notas melhores para continuar no programa. Rigorosamente, ficávamos de sete da manhã às seis da tarde dentro da faculdade, entre assistir aula e participar da bolsa. Edmar Bacha, eu e outros líamos Keynes, Joan Robinson, Marshall e muitos outros clássicos que descobríamos por conta própria na biblioteca. Os intelectuais de esquerda liam *O Capital*. Nesse grupo se incluía Simon Schwartzman, Vilmar Faria, Bolivar Lamounier e Amauri de Souza. Basicamente, líamos os clássicos, coisa fora das práticas de então.

Presenciamos uma transição muito curiosa. Começamos, no primeiro e segundo anos, lendo livros franceses de economia... Estudávamos no primeiro ano, de forma totalmente autodidata (o professor nunca tinha ouvido falar desses livros), o *Manuel d'Économie Politique* do Raymond Barre, líamos também Jean Marchal e François Perroux, e por aí afora. Depois passamos para os anglo-americanos. Mas passamos no terceiro e quarto anos para os livros americanos e ingleses, como Samuelson e os clássicos. A transição dos livros reflete uma mudança do centro de gravidade intelectual do País, que passava da Europa para os Estados Unidos.

A nossa Escola de Economia era, originalmente, uma escola de comércio. Virou economia, por decreto, ao ser criada a UFMG. Em uma cidade extraordinariamente provinciana, os professores herdados eram peritos contadores ou advogados. Estes últimos ensinavam Economia Política no curso de Direito. Na verdade, os professores não sabiam

muita coisa. Não permitiam à Faculdade qualquer brilho que deles pudesse vir – mas é preciso fazer algumas honrosas exceções.

Foi o sistema de bolsa que criou um extraordinário atrativo para a Faculdade. Logo começou a atrair o tipo de matéria-prima que estava cursando ou ia cursar engenharia, ou medicina. Em meados dos anos 50 a Faculdade começou a atrair um pequeno número de alunos que podiam ser tão bem dotados quanto os melhores que chegavam aos vestibulares. Alguns haviam saído da Escola de Minas de Ouro Preto, uma das melhores escolas de engenharia do País (Marcos Rubinger). Outros saíam de escolas de medicina, e iam para lá atraídos pelo sistema de bolsa (Flávio Versiani). Era um pedacinho da elite intelectual que se desviava das carreiras clássicas. O sistema de bolsa era só para dez por cento dos alunos. Mas recrutava os melhores de cada turma. Os bolsistas, ao fim do primeiro ano, já sabiam mais do que a metade dos professores – que, aliás, não sabiam quase nada. E, obviamente, a arrogância era mal disfarçada. Ajudava-nos muito uma biblioteca maravilhosa, com todos os clássicos e assinaturas de todos os periódicos internacionais de economia.

Criou-se uma sinergia e amizade entre os alunos e os primeiros professores que foram formados no sistema de bolsa, portanto, já de outro nível. Esses eram professores muito jovens e recém-formados. Nem haviam tido tempo de sair para estudar mais, pois o programa não tinha idade para mandar gente para fora. Os que se formavam, começavam logo a dar aula. Élcio Costa Couto, Admardo Caldeira, Fernando Reis e muitos outros faziam parte desse grupo. Eram, como nós, autodidatas. Liam o que os professores mais velhos não haviam lido, falavam sobre o que não falavam, discutiam o que não discutiam.

Entre jovens professores e alunos bolsistas, era um grupo extremamente motivado. Esse grupo tinha alguma coisa na cabeça. Havia muitos grupos de estudo, líamos muito, fuçávamos muito na biblioteca. Simplesmente, éramos autodidatas. Obviamente, por sermos autodidatas, tínhamos uma formação muito confusa, muito indisciplinada intelectualmente. Aprendia-se o difícil, sem haver aprendido o fácil. Como resultado, na verdade, não sabíamos nem o difícil nem o fácil. Mas achávamos que sabíamos. Quando chegávamos aos Estados Unidos e olhávamos para o programa do departamento, decretávamos logo: já vimos isso tudo. Claro que já víamos, mas não aprendêramos. Sofremos muito pelo autodidatismo, obviamente, uns mais, outros menos.

O sistema de bolsas atraía bons alunos. Eu mesmo fui para a Faculdade, em certa medida, atraído pelo sistema de bolsa – não que fosse um aluno tão bom assim. Recebíamos

pouco, um salário mínimo apenas. E praticamente nenhum dos alunos precisava do dinheiro da bolsa. Era um incentivo a mais. Se tirassem a bolsa, continuaria. Para a maioria, a bolsa era até desnecessária. De fato, havia bolsistas sem bolsa, pois convenceram a administração a aceitá-los, mais além das possibilidades financeiras do sistema.

Na época, o único curso de pós-graduação era na EPGE. Havia alunos de todo o Brasil, já que o concurso era realizado em praticamente todas as cidades importantes. A transição para a EPGE foi mais ou menos o mesmo tipo de susto que eu tive quando fui ao primeiro Congresso Brasileiro de Estudantes de Economia. Chegamos, eu e Edmar Bacha, morrendo de medo, totalmente intimidados pelos monstros da USP e da UFRJ. Estávamos ainda na graduação, por volta de 1961. Estávamos totalmente intimidados, e levando trabalho para apresentar. Fizemos um concurso interno na faculdade para selecionar os trabalhos, com um júri de professores, chegamos lá morrendo de medo do pessoal da USP e da UFRJ e tivemos uma surpresa: o pessoal não sabia nada e os trabalhos eram umas porcarias, eram uma droga, um negócio todo improvisado, mal feito, e aí nós quase caímos da cadeira.

Quando chegamos à EPGE aconteceu mais ou menos a mesma coisa: descobrimos que a gente sabia tudo o que precisava saber, éramos melhores que os outros, apesar de nos sentirmos muito intimidados. Foi mais ou menos a mesma experiência. Na verdade, nessa época a faculdade aprovava entre 90 e 100 por cento dos candidatos que faziam o curso. Simonsen dava aula, brilhantemente. Havia outros professores que não eram tão bons, mas o Simonsen era uma grande estrela. Sempre foi. É impossível tirar o estrelismo do Simonsen ou encontrar alguém que se equiparasse a ele. Havia alguns visitantes estrangeiros, como o Nicholson, de Vanderbilt, o Werner Baer, Douglas Graham ...

A volta para o Brasil e as primeiras atividades profissionais

No início de 1970 terminei minha tese em Vanderbilt. Voltei ao Brasil num momento em que todos que voltaram da pós-graduação no exterior, e não eram muitos, poderiam ter escolhido qualquer faculdade do Brasil para dar aula. Era uma situação totalmente anômala, poderíamos ter dado aula em qualquer lugar, era uma questão de escolha. Fui para a Fundação, para a EPGE, e fui trabalhar no IPEA, com Aníbal Vilela. Pouco depois fui dar aula de educação na PUC e passei da EPGE para o IESAE, também da Fundação Getúlio Vargas – era o mestrado em educação. Aí virei a casaca, passei para a educação e nunca mais voltei para economia. No início o viés econômico era mais pronunciado. A partir de um certo ponto eu perdi esse viés, que era muito mais a escolha do problema,

porque mesmo na minha tese eu já abri muito o leque interdisciplinar para trabalhar na área de sociologia da educação e em uma porção de coisas desse tipo, de tal forma que muito cedo larguei a formação de origem das minhas pesquisas, e fui mais guiado pelo tema.

Passsei um punhado de anos aqui no Brasil. De 70 até 80 fiquei no IPEA, depois fui dirigir o projeto ECIEL, e depois fui para a CAPES, em 79, no início do governo Figueiredo. Em 86 fui para a OIT, dirigir uma divisão de política de formação profissional. Da OIT fui para o Banco Mundial e daí para o BID, para dirigir novamente uma divisão de política social, e depois fiquei mais concentrado na área de educação.

A Capes e a avaliação da pós-graduação

Quando entrei, a Capes já tinha 30 anos, pois foi criada na década de cinquenta, e tinha um papel muito parecido com o que tem hoje, e sempre teve. Era o órgão de bolsas de estudo no País e no exterior e órgão de coordenação da pós-graduação, política de pós-graduação, plano de pós-graduação etc. Fiquei dois anos e meio como diretor geral, porque não tinha presidente, não era fundação, como agora. Foi um período extremamente interessante, porque a Capes estava muito energizada, o Darci Góes Closs, meu antecessor, deu grande dinamismo à Capes, num período de crescimento extensivo ou quantitativo muito grande. O meu papel foi sobretudo de calibrar a pós-graduação e passar da ênfase quantitativa para a qualitativa, a começar pela avaliação, que já existia, embrionária. O que eu fiz foi dar-lhe institucionalização, estrutura, legitimidade, validade, gerência e um início de maior transparência nas notas, que antes não eram divulgadas. Só divulgavam A, depois passaram a divulgar B, depois algumas universidades, por iniciativa própria, divulgavam as notas de seus cursos, e de repente explodiu, mas foi pouco depois que eu saí.

A avaliação deu à pós-graduação brasileira um instrumento de medida – deu o termômetro. E, ao atrelar esse termômetro a um arcabouço de incentivos, que no fundo são incentivos financeiros, mas que nem sempre aparecem como financeiros – são sobretudo bolsas, e depois auxílios de pesquisa etc. –, criou um círculo virtuoso, onde quem tem nota boa tem mais bolsas, tem mais bolsistas, tem mais recurso institucional, e acaba conseguindo, pela reputação, mais recursos na Finep, do CNPq etc. Cria-se um círculo virtuoso, que se perpetua. O quadro que se vê hoje é de uma universidade pública que tem uma graduação que é muito ruim, que não tem nenhum tipo de incentivo, nenhum tipo de sanção, e que anda ao deus-dará, e uma pós-graduação em que a produção científica não

parou de crescer desde a década de 60. A cada dois anos o Brasil passa à frente de algum país, nas citações do ISI/Current Contents. Isso tem muito a ver com este círculo virtuoso, em que há uma avaliação, de um lado, e um mecanismo de incentivos, nem todos positivos.

Isso, obviamente, tem seu lado negativo, cria-se uma certa rigidez no sistema, começam a existir umas aparas, coisas que não são tão razoáveis assim, porque o mecanismo às vezes é meio duro demais. Agora, sobretudo, estamos vendo uma avaliação muito rígida e muito pouco administrável, porque os comitês tomaram as rédeas nos dentes, e o diretor da Capes não consegue mais mandar nos comitês. Isso é ruim, muito ruim. No todo, ainda é um mecanismo positivo, porque garante um estímulo muito forte à qualidade.

Sobre o papel da publicação para a avaliação acadêmica

Alguns anos atrás, lembro-me de ter lido um artigo sobre a experiência americana, mas não voltei a consultar essa literatura, que mostrava que nesse país não há correlação entre quantidade e qualidade da produção científica, porque é uma coisa tão pesada, tão institucionalizada, que todo mundo produz muito, tem que produzir muito. Mas apenas 3 por cento das instituições de ensino superior é que produzem pesquisa de forma regular (100 entre 3.600). Eu tinha essa dúvida, e na década de 80 calculei a correlação entre produção total e produção selecionada por vários filtros, inclusive o ISI. Na correlação de postos, quando se hierarquizam as universidades, a correlação é acima de 0,97. Ou seja, de qualquer jeito que se meça a publicação, dá a mesma coisa.

Então, essa história de dizer que a publicação é boa não é verdade, porque quando se pega o indicador mais refinado de todos, ele se correlaciona quase 1 com as medidas brutas. Ou seja, onde se produz muito, produzem-se as melhores coisas. Isto é Brasil. Nos Estados Unidos não é assim. No Brasil, os dados mostram isto. Este é o primeiro assunto.

O segundo assunto é onde publicar. Pergunta: de que estamos falando? Eu acho que física é física, economia é economia, educação é educação. Quer dizer, em física, ou o seu artigo é aceitável no exterior, ou ele não é tão bom assim. Agora, em economia, administração, educação, ciência política, antropologia, o seu mercado é aqui. Você é você, professor, autor, pesquisador, é ator num processo de formação de opinião, de tomada de decisões no panorama nacional. O seu mercado é local. Você publica para um público que deverá ser influenciado, ou que gostaria de influenciar quando escreve alguma coisa, nessas áreas, nas ciências sociais. Você publica fora para ser convidado para as conferên-

cias, para ficar sabendo o que está acontecendo, para xeretar o resto do mundo, mas a sua clientela está aqui.

Então, acho que não podemos valorizar excessivamente a publicação externa porque isto sacrifica sua relevância local. Isto eu tenho muito claro, não vejo que seja razoável pensar de outra forma. Claro que estamos falando de uma produção agregada, não estamos dizendo que todo mundo vai ser obrigado a fazer isso; se o sujeito trabalha na área de economia internacional, ele não está na mesma área que uma pessoa que está trabalhando em economia industrial, ou de quem está escrevendo sobre educação. É muito importante caracterizar a área, quando pergunta se é importante publicar no exterior ou publicar no Brasil.

Nas ciências sociais, em geral, é a publicação brasileira que interessa, porque é formação de opinião.

A valorização exclusiva da publicação no exterior, a meu ver, traz um incentivo perverso. Isto é parte do mesmo fenômeno que nós sofremos amargamente, que é a pasteurização, a isonomia das disciplinas intelectuais, que não pode haver; cada uma tem seu jeito, sua cara, sua lógica. Uma das conseqüências perversas da avaliação da Capes é “isonomizar” as áreas científicas. A economia é uma ciência cujo mercado deveria ser predominantemente local. Se você premia a publicação internacional, está tirando incentivo para a publicação local, que tem muito mais impacto. Tome a minha área, de educação, que é onde escrevo. Cada vez que eu escrevo um artigo internacional, que publico fora, eu praticamente não tenho leitores, porque é mais um artigo, nas dezenas e dezenas de periódicos internacionais. Cada vez que eu escrevo um artigo numa revista local, tenho a possibilidade de ter um impacto, de ser lido, de ser discutido, de ser contestado...

Do ponto de vista de política pública, a minha publicação internacional só tem um benefício: levar-me aos seminários. Eu saio da província, e isso é muito importante, mas não posso sacrificar isto pelo grosso da minha produção, que eu sinto que tem que ser no Brasil. Além do que, com o trabalho que dá você fazer um artigo que é publicado no exterior, você faz dois que publica aqui, e os dois não são piores, têm pequenas falhas de acabamento, que não afetam muito a qualidade do artigo. Para publicação no exterior é tanto polimento, tanta chateação, tanto detalhezinho, que você escreve dois artigos aqui no tempo em que faz um para publicar fora. Mesmo do ponto de vista da produtividade de tempo, essa competição para publicar no exterior resulta numa produção científica menor, qualitativamente.

Há alguma coisa errada quando um cientista social usa um instrumento que atinge um milhão e meio de pessoas para se comunicar com um grupo de 5 mil. Quando escrevo sobre educação para um milhão de pessoas, no fundo estou me comunicando com um nú-

mero muito pequeno. Há um problema, os pesquisadores ficam sabendo o que seus colegas estão fazendo, lendo jornal; isto significa que há alguma coisa profundamente errada com a comunicação dentro da ciência – ela é tão pesada que é mais fácil você ler um jornal para ficar sabendo o que estão fazendo seus colegas sobre desigualdade, do que ler os artigos que eles escrevem nas revistas.

Esse é um ponto fundamental. Há um erro de estratégia. Nós criamos uma linguagem que é tão pesada que é preciso um intermediário para traduzir essa linguagem para um texto mais limpo, mais fácil, para o próprio especialista ler. Não estamos nem falando de leigos. Eu estou dizendo que o especialista escreve tão pesado que o colega dele prefere ler a versão do que ele fez escrita por um jornalista. Isto tem a ver com a tecnificação, tem a ver com uma linguagem feita para impressionar os consultores, tem a ver com uma linguagem feita para as pessoas não entenderem, porque, quando você não entende, acha que a coisa é mais importante do que é.

Sobre a importância de estudar a realidade brasileira

Em primeiro lugar, se eu não tivesse ido para o exterior, seria um autodidata improvisado, como eu era. Essa idéia de voltar, sentar, aprender o bê-a-bá, tudo direitinho, desde o princípio, com rigor, com profundidade, foi a principal contribuição de ir para o exterior. É a ferramenta, o domínio de um instrumental, que não é apenas um instrumental técnico, tem a parte de filosofia, de humanismo, de história etc. etc. Isto é central. Portanto, se eu não domino a ferramenta, não vou muito longe, e ir para o exterior foi fundamental para dominar a ferramenta, no seu sentido mais amplo, e não puramente mecânico.

Agora, daí a escrever ou se preocupar com problemas que estão ocupando a cabeça dos gringos, já vai uma distância muito grande. Nós tínhamos muito claro, desde o início em Minas Gerais, que tese de doutorado tinha que ser sobre o Brasil, a não ser numa situação de emergência, de pessoas que se viram forçadas a fazer uma tese sobre outro assunto pela total inexistência de orientadores, mas isto nunca foi por vocação. Então eu acho mais do que natural que uma ciência social aplicada (aliás, não existe ciência social que não seja aplicada) esteja voltada para problemas, no caso, problemas do Brasil. Não posso imaginar outra coisa. E para nós, nesse momento, da década de 60 para 70, isto já era claríssimo, e não vejo razão para mudar.

Na época, a primeira leva de doutores era muito peneirada, e era peneirada, você pode até dizer, pelas razões erradas, porque as barreiras, os obstáculos, eram muito grandes, era muito difícil chegar a ter uma formação razoavelmente boa para conseguir frequentar uma universidade americana de primeira linha. Esse pessoal que voltava, voltava com uma visão muito central, de perguntar onde é que está o problema. Ao contrário, quando você começa a produzir doutores nessa taxa que se produz hoje, começa a perguntar: o que é que sobrou para mim? Isso é bem pior. Para nós sobrou tudo. Nós chegamos, esse primeiro grupo encontrou uma economia muito intuitiva, pessoas genialmente criativas, como o Ignácio Rangel, que não tinham uma linguagem técnica, não tinham as ferramentas que nós estávamos acabando de dominar. Portanto, nós tínhamos o mundo aberto, tudo era assunto, e a preocupação clara era perguntar onde é que estava o problema, ao contrário de “qual foi o problema que sobrou para mim?”

Sobre o pluralismo de idéias

Chegamos com uma visão teórico-empírica, chegamos com uma tradição instrumental de dizer: vamos entender esse problema, deve ter uma teoria que explique, e vamos ver se essa teoria bate com a realidade. Encontramos apriorismos mais ideológicos, de cepalismo, de marxismo ortodoxo, de um lado, e a pesquisa empírica, sem muita teoria – vai, olha o dado, descreve, e pronto, fica por isso mesmo. A gente ficava de certa forma tentando se equilibrar; não era difícil, não senti isso como uma dificuldade, porque estávamos tão mais bem equipados que o resto do pessoal, que isso não chegava a ser problema. A questão era a ideologia, havia aquela visão forte, de uma ciência (não sei se é ciência), mas aquela visão ideológica, sem uma boa contraparte empírica.

Havia uma versão branda disso no cepalismo, que tinha boas idéias, de que gostávamos, mas não tinha muitos dados, não tinha pé no chão. E o marxismo, que não aterrissava nunca, ficava dando voltas. Nós chegamos com uma tradição da economia anglo-saxã, de dizer: tem um problema, tem uma teoria que deve ajudar a resolver o problema, e então vamos olhar o mundo real para ver se corresponde. Isto batia um pouco com uma tradição francesa mais histórica, mais literária, e naturalmente, também, com uma tradição mais discursiva da economia. Mas não sentíamos isso como alguma coisa que nos atrapalhasse. O campo estava tão virgem, tão aberto...

Eu não estou tão próximo da economia assim, mas acho que não tem muito jeito de sair do *mainstream* nesse sentido simples que estou dizendo. Em economia, aprende-se um conjunto de ferramentas e instrumentos, em teoria, que educam para pensar no mun-

do real, mas que não se aplicam literalmente na prática, que é muito mais densa, muito mais complicada que a teoria. O *mainstream*, pelo que eu entendo, é isso, é você não estar pendurado demais em algum autor defunto.

A educação e o futuro do Brasil

O que nós sabemos é que a educação é um fator extremamente impeditivo para o único modelo de desenvolvimento econômico que nos resta. Nós não podemos imaginar que é com a velha linha de montagem, com a grande empresa, que vamos ficar ricos. As empresas estão menores, o gerenciamento é muito mais fragmentado, baixa muito mais de nível, a densidade tecnológica do produto aumenta, e aumenta muito, e a densidade cognitiva do processo gerencial, também. As decisões são por escrito, tem que usar computador, tudo fica mais complicado, e o nosso péssimo nível de educação é um fator impeditivo sério.

Agora, obviamente, isso significa que se você tem educação você pode crescer; mas, se você tem educação, não quer dizer que você cresce. É uma condição necessária, mas não suficiente, e isso começamos a ver muito claro já com a Argentina e o Uruguai, que tinham educação e não conseguiam crescer, e, de forma dramática, com os países do leste europeu, que tinham um colosso de educação, da melhor qualidade possível, e que em vez de crescer davam para trás.

Se o resto azeda, a educação não leva a economia nas costas, mas com esse modelo que está aí nós não vamos conseguir crescer sem que haja uma melhoria da educação. A meu ver, este tem sido um gargalo. Por que a empresa pequena é ineficiente? Porque o dono da empresa é incompetente, não tem educação, não sabe usar computador, não sabe ler, não sabe escrever, não sabe gerenciar. Enfim, a economia moderna é muito mais intensiva em operações mentais no nível mais baixo da hierarquia e se precisa de muita gente educada, e não de poucas pessoas, como antes.

Hoje o trabalhador de linha de montagem tem que ter um terminal de computador, tem que escrever, tem que ler. Veja a qualidade total: não se pode ter uma fábrica de qualidade total se todas as pessoas, inclusive o peniqueiro, não têm segundo grau completo. Não dão a qualidade total, porque tudo é escrito, a capacidade de decifrar estatísticas em todos os níveis tem que ser muito grande. Obviamente, como menos de 20 por cento das pessoas têm segundo grau completo, há um gargalo aí.

Isso não necessariamente implica investimento grande, mas sim investimento bem feito. O investimento em educação das universidades públicas é muito ineficiente, muito dinheiro para relativamente pouco resultado, e temos um primeiro e segundo graus muito fraquinhos, a despeito dos resultados da década de 90, que foi fantástica do ponto de vista de primeiro e segundo graus. Foi a primeira vez no Brasil em que primeiro e segundo graus foram prioridade. Foi o maior salto que já se deu.

O gargalo do superior é o primeiro e o segundo graus de má qualidade. Antes era a quantidade do primeiro e do segundo graus, agora, progressivamente, como a quantidade está sendo resolvida, o problema é da qualidade do primeiro e do segundo graus, que determina a qualidade que você pode ter no ensino superior, exceto por uma elite. Assim, o volume e a qualidade de pessoas envolvidas são importantes. A correlação entre o que você aprende e o que o seu colega já sabe é muito grande, é o efeito pares. Eu fiz uma pesquisa recente com o Chico Soares, da Estatística da UFMG. Nós calculamos o valor adicionado do terceiro grau e o efeito dos pares é muito grande. Há uma associação muito grande entre o seu rendimento e o rendimento dos seus colegas, o que você sabe e o que os seus colegas sabem.

Sobre capital social e o desenvolvimento

Na década de 60 foi quando se começou a falar em capital humano; na década de 70 chegou ao Brasil, falou-se muito em capital humano, em capital físico, para o capital humano, e agora começa a se falar em capital social, que é a confiança. Se você não tem que pagar o cara que toma conta e depois o cara que toma conta do que toma conta, você é mais produtivo. Se você pode confiar nos outros, é mais produtivo. Se a sua comunicação se faz mais rapidamente porque um fala as coisas com os outros, você é mais produtivo. Se você tem que gastar 10 por cento do seu recurso com guardas, é menos produtivo. Essa eficiência que se ganha está lá no Max Weber – o protestantismo como uma forma de baixar o custo da transação, porque você pode confiar no outro porque sabe que o outro é honesto. A idéia não é nova, mas o que a gente começa a ver é a importância disso num contexto mais concreto.

Há uma monografia magnífica sobre a indústria de calçado, do Hubert Schimidtz, sobre capital social na indústria de calçados no Vale dos Sinos, na qual ele mostra que o capital social está na origem da indústria, que depois isso se perde; com a crise, voltam a recauchutar o capital social, e com esse capital social renovado dão a volta por cima. Você vê por aí essas cidades que têm *clusters*: isso está ligado à idéia de capital social. Se

você não confia no outro, não há *cluster*. Eu acho que esse é um conceito muito importante.

Estou agora fazendo umas brincadeiras. Ouro Preto não tem capital social, porque a cidade está brigando com a Escola de Minas de Ouro Preto desde o fim do século XIX, com a Igreja, com os turistas e com o patrimônio. Então, não tem capital social, está todo mundo brigando há cem anos. Itabirito, que está do lado, sobre o qual eu escrevi um trabalho, é uma cidade totalmente industrial, tem um capital social extraordinário. Tudo dá certo em Itabirito, porque todo mundo trabalha um com o outro, há um grau extraordinariamente elevado de confiança. O conceito é importante.

O aumento do capital social não vem pelo aumento no número de anos de educação. A educação aumenta a capacidade para manejar o capital social, para investir nele. Se não há uma elite educada, como é que pode haver uma reunião como essa que está havendo agora na USP, em que se reúnem representantes do terceiro setor, do empresariado, que estão fazendo uma série de coisas extremamente importantes? A educação eleva a capacidade para o capital social, entre outras coisas, porque o capital social precisa do caldo de cultura onde ele se difunde, e uma sociedade moderna não é mais só a praça, há outras formas escritas mais complicadas.

Sobre o método de pesquisa, ciência e arte

Eu dei aula de método de pesquisa durante dez anos, e algumas coisas me chamaram mais a atenção do que outras. Primeira coisa, é que fazer pesquisa não é uma atividade científica, é uma arte. O produto é que tem que passar pela disciplina do método científico. O método científico é uma censura sobre o que você fez, e não uma forma de proceder. A forma de fazer pesquisa não tem muita coisa a ver com o método, portanto, ela tem uma latitude, uma flexibilidade, depende de imaginação, da criatividade. A maneira pela qual as pessoas fazem isso varia muito com seu estilo pessoal, e pode ser assim, porque fazer pesquisa não é uma atividade científica.

O que caracteriza a ciência é o processo de depuração, de censura, de arrumação depois que a coisa está feita. O que caracteriza o método científico é o produto, é a filtragem que acontece depois que se faz o serviço. São duas fases, portanto. Uma fase livre, onde prevalece o estilo pessoal, e uma fase na qual se é escravo do método, conta onde é que chegou. Quando se conta o que se fez, se é escravo do método, porque esse é o sistema de fiscalização para impedir a falta de rigor, para impedir o uso indevido da obser-

vação, para capturar possíveis erros que haja no processo, e para explicitar o processo para que alguém que vem depois possa checar, para ver se o que foi feito é reproduzível, se as conclusões se mantêm se alguém fizer algum experimento parecido. Essa diferença é muito clara.

A partir dessa diferença começa o espaço para cada um trabalhar do seu jeito; cada um faz a pesquisa do jeito que quer. Para mim, por exemplo, em geral as idéias de pesquisa vêm de conversas, de algumas leituras, aulas, conferências, diálogos, e-mails em que se debate um assunto. A idéia vai tomando corpo, vai se estruturando, vai se cristalizando. Aí novamente há uma diferença fundamental: para escrever, eu não abro um livro, não vejo uma citação, uma referência, um e-mail, nada. Quando começo a escrever, posso ir para uma ilha deserta só com meu computador, não quero papel nenhum, escrevo tudo no correr da pena, no correr do fluxo das idéias, e a partir de uma página da espinha dorsal. Depois de pronto é que eu volto às fontes, para checar. Às vezes está errado, citei algo que não existe, citei número errado, e para botar as fontes, as tabelas, os dados. Se há números, se é uma pesquisa que parte de uma análise de números, aí eu tenho que ter esses números, isso é óbvio, mas mais do que isso, não.

O ciclo se fecha. Eu escrevo tudo e depois é que eu vou ver. Quando cito, cito de cabeça. Isso me dá uma linha, porque se eu parar para citar não sei quem, meu texto anda em ziguezague. Se eu tenho uma linha clara, só cito quem me ocorre, que disse alguma coisa de que eu lembro e que é relevante na história. Depois de pronto a gente pode decorar um pouco, fazer um pouco a cosmética da pesquisa, mas na hora de escrever não pode; eu não abro nada, não consulto nada. Depois de escrito, volto ao texto, e aí arrumo, dou uma penteada, faço o *make-up*, boto as citações, tento fazer os ganchos todos. Mas na redação eu acho que é fundamental que a sua cabeça não seja confundida por uma porção de livros, uma porção de coisas que vão aparecendo.

Na fase em que estou, o método não pode gerar o tópico, isto é coisa de aluno, é a lei do martelo – você dá para uma criança um martelo e a criança vai descobrir que tudo precisa ser martelado. Isto é o início de carreira. Eu acho que uma pessoa que amadureceu tem que ser guiada por uma visão de onde estão os problemas prontos para serem um pouquinho mais desvendados e que são de primeira linha.

Eu trabalho muito bem com parceiros. Já fiz muito trabalho com aluno. Nos dez anos em que dei aula fiz muito trabalho em que combinava três, quatro, cinco teses para fazer um livro. As teses andavam em paralelo, depois juntava-se tudo e dava um livro, mas as teses já estavam todas orquestradas para serem capítulos do livro... Hoje a cooperação

com colegas de outros países é muito mais viável. O e-mail facilita muito. Obviamente, quando você escreve com outra pessoa, tem que aprender a trabalhar com ela, e tem que adquirir uma certa confiança. Depois que você adquire confiança, às vezes nem lê a parte que o outro escreve, ou lê e as coisas se juntam normalmente. É um aprendizado... Eu gosto muito de escrever com os outros...

Eu tenho escrito vários artigos, já escrevi uns três ou quatro com o Francisco Soares, que é professor de estatística, chefe do Departamento de Estatística da UFMG, especializado em estatísticas educacionais. Já fizemos vários artigos. A gente discute o que vai fazer, por onde vai andar, ele faz a parte estatística, depois eu escrevo. Ele faz a parte estatística de um jeito que eu não poderia nem pensar em fazer, e eu escrevo muito melhor do que ele. É uma complementaridade perfeita.

